

**POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO TOCANTINS: UMA ANÁLISE
ESTRATÉGICA MULTIDIMENSIONAL DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA
POLÍCIA MILITAR**

**PUBLIC SECURITY POLICY IN TOCANTINS: A MULTIDIMENSIONAL
STRATEGIC ANALYSIS OF THE FORMATION PROCESS OF THE MILITARY
POLICE**

**POLÍTICA DE SEGURIDAD PÚBLICA EN TOCANTINS: UN ANÁLISIS
ESTRATÉGICO MULTIDIMENSIONAL DEL PROCESO DE FORMACIÓN DE LA
POLICÍA MILITAR**

DOI: 10.54899/dcs.v23i95.7109

Submitted: 8/17/2026

Approved: 9/10/2026

Published on: 9/17/2026

Wesley Borges Costa

Mestrando em Gestão de Políticas Públicas

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Marcelo de Souza Cleto

Doutor em Filosofia

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Welere Gomes Barbosa

Pós-doutor em Geografia

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de formação dos policiais militares no Estado do Tocantins como dimensão estratégica da política pública de segurança. O estudo examina a evolução institucional da Polícia Militar do Tocantins (PMTO), desde sua criação em 1989 até a consolidação de um sistema próprio de ensino, instituído pela Lei Estadual nº 4.231/2023. A pesquisa adota abordagem metodológica mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas, com o objetivo de verificar em que medida a formação policial ultrapassa o modelo estritamente tecnicista, assumindo caráter institucional e político capaz de influenciar a legitimidade e a eficácia da atuação policial. Os resultados, obtidos a partir de levantamento aplicado a 19,94% do efetivo, indicam uma transição para um paradigma acadêmico-profissional, evidenciada pelo fato de que aproximadamente 85% dos policiais possuem formação de nível superior ou pós-graduação. Apesar dos avanços, identificam-se desafios relacionados à insuficiência da carga horária prática e às limitações das políticas de saúde mental. Conclui-se que o fortalecimento da formação policial exige a adoção de um modelo de gestão estratégica, com destaque para a criação de um Conselho Superior de Ensino, visando consolidar a produção científica nas Ciências Policiais e aprimorar a qualidade da segurança pública.

Palavras-chave: segurança pública; formação policial; políticas públicas; Polícia Militar do Tocantins.

ABSTRACT

This article analyzes the training process of military police officers in the State of Tocantins as a strategic dimension of public security policy. The study examines the institutional evolution of the Military Police of Tocantins (PMTO), from its creation in 1989 to the consolidation of its own educational system, established by State Law No. 4,231/2023. A mixed-methods approach was adopted, combining qualitative and quantitative techniques to assess whether police training goes beyond a strictly technical model and becomes an institutional and political process capable of influencing legitimacy and effectiveness in police performance. The results, based on data collected from 19.94% of the corporation's personnel, indicate a transition toward an academic-professional paradigm, with approximately 85% of officers holding higher education or postgraduate degrees. Despite these advances, challenges remain, particularly regarding insufficient practical training workload and limitations in mental health policies. The study concludes that strengthening police education requires a strategic management model, emphasizing the creation of a Higher Education Council to enhance scientific production in Police Sciences and improve public security outcomes.

Keywords: public security; police training; public policy; Military Police of Tocantins.

RESUMEN

El presente artículo analiza el proceso de formación de los policías militares en el estado de Tocantins como una dimensión estratégica de la política pública de seguridad. El estudio examina la evolución institucional de la Policía Militar de Tocantins (PMTO), desde su creación en 1989 hasta la consolidación de un sistema de enseñanza propio, instituido por la Ley Estatal n.º 4.231/2023. La investigación adopta un enfoque metodológico mixto, combinando técnicas cualitativas y cuantitativas, con el objetivo de verificar en qué medida la formación policial trasciende el modelo estrictamente tecnicista, adquiriendo un carácter institucional y político capaz de influir en la legitimidad y la eficacia de la actuación policial. Los resultados, obtenidos a partir de una encuesta aplicada al 19,94 % de la plantilla, indican una transición hacia un paradigma académico-profesional, evidenciada por el hecho de que aproximadamente el 85 % de los policías cuenta con formación de nivel superior o de posgrado. A pesar de los avances, se identifican desafíos relacionados con la insuficiencia de la carga horaria práctica y las limitaciones de las políticas de salud mental. Se concluye que el fortalecimiento de la formación policial exige la adopción de un modelo de gestión estratégica, destacando la creación de un Consejo Superior de Enseñanza, con el fin de consolidar la producción científica en Ciencias Policiales y mejorar la calidad de la seguridad pública.

Palabras clave: seguridad pública; formación policial; políticas públicas; Policía Militar de Tocantins.

1 INTRODUÇÃO

A formação dos profissionais de segurança pública no Brasil vem passando por uma transformação significativa, marcada pela superação de um modelo historicamente centrado no treinamento “técnico-operacional” para a consolidação de uma perspectiva mais ampla, estratégica e orientada por políticas públicas voltadas à obtenção de resultados.

Essa mudança reflete o alinhamento da atuação policial aos princípios do Estado Democrático de Direito, incorporando dimensões essenciais como a promoção dos direitos humanos, a mediação de conflitos e a gestão eficiente baseada em resultados, consolidando um novo cenário focado no processo formativo, que deixa

de ser apenas instrumental e passa a ocupar posição central na construção de instituições mais legítimas, eficientes e socialmente responsáveis.

No caso da Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), esse movimento de transformação está diretamente ligado à própria formação histórica do estado, criado em 1988 junto com a Constituição Cidadã.

Desde então, tornou-se necessário estruturar uma instituição capaz de garantir a ordem pública e a cidadania em um contexto marcado pela diversidade sociocultural, pelos desafios territoriais e por conflitos multifacetários.

Nesse sentido, a instituição da Matriz Curricular Nacional (MCN), pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), representou um marco importante ao estabelecer diretrizes capazes de reduzir a fragmentação histórica da formação policial no Brasil, propondo uma base comum de competências e habilidades, de forma a elevar os padrões de qualidade do ensino policial.

No âmbito estadual, esse processo ganhou maior consistência com a promulgação da Lei nº 4.231/2023, que instituiu o Sistema de Ensino da PMTO e o integrou formalmente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Esse avanço normativo configura uma oportunidade concreta para o fortalecimento institucional, possibilitando a modernização curricular e a valorização da formação continuada.

Apesar desses avanços, persistem desafios relevantes para a consolidação de um modelo educacional integrado, que mantenha a necessidade de fortalecimento da hierarquia e da disciplina das instituições militares, inserindo também aspectos contemporâneos voltados a uma atuação policial mais transparente, participativa e orientada à cidadania.

É nesse ponto que se insere o problema central desta pesquisa: analisar em que medida o processo de formação da PMTO tem contribuído, de forma efetiva, para a profissionalização do efetivo e para o aprimoramento da eficiência institucional, em consonância com os princípios democráticos e com a efetivação de uma política pública pautada na obtenção de resultados.

A relevância deste estudo está fundamentada na compreensão de que a formação profissional constitui um dos pilares estruturantes da política de segurança pública que, ao tratar o ensino policial como política pública, amplia-se a análise para além do conteúdo pedagógico, permitindo avaliar seus impactos na legitimidade institucional e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Além disso, o trabalho contribui para o desenvolvimento das Ciências Policiais ao abordar, de maneira sistemática, a implementação e a avaliação de políticas de formação sob uma perspectiva científica.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é analisar o processo de formação da PMTO como uma dimensão estratégica e multidimensional, considerando seus aspectos normativos, institucionais e pedagógicos.

Como desdobramento, busca-se examinar o arcabouço legal do ensino policial, compreender sua evolução histórica rumo à valorização acadêmica, avaliar a efetividade das diretrizes pedagógicas vigentes e propor caminhos para o fortalecimento da gestão estratégica da educação policial.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando análise documental com levantamento realizado por meio de questionário aplicado a 19,94% do efetivo total da corporação, o que assegura consistência e confiabilidade aos resultados, percentual este superior ao inicialmente previsto de 15%.

O referencial teórico apoia-se em contribuições clássicas sobre Estado e direitos sociais, permitindo uma análise crítica e fundamentada acerca do papel da formação profissional na construção de uma segurança pública mais eficiente e alinhada aos valores democráticos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA E A EVOLUÇÃO DO ENSINO NA PMTO.

A segurança pública ocupa posição central no conjunto das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, especialmente no contexto do Estado Democrático de Direito.

Entretanto, compreender sua relevância exige ultrapassar afirmações genéricas acerca de sua importância e situá-la no âmbito dos debates teóricos e institucionais relacionados à sua organização, aos seus objetivos e aos seus modelos de atuação, o que produz desafios relacionados à coordenação institucional, à definição de competências e à implementação de estratégias integradas de prevenção e repressão à criminalidade.

A Constituição Federal de 1988 elevou a segurança pública à condição de dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, visando à preservação da ordem

pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme estabelece o artigo 144 (Brasil, 1988), delimitando também o campo institucional de atuação ao definir os órgãos responsáveis por sua execução, entre os quais se destacam as Polícias Militares, em razão de sua função ostensiva e de preservação da ordem pública.

Além do arcabouço constitucional, a política de segurança pública é detalhada e operacionalizada por meio de legislação específica, que regula tanto a atividade policial *stricto sensu* quanto a formação de seus agentes, compreendida como uma política pública essencial, no qual a formação policial não deve ser entendida apenas como uma atividade administrativa de suporte mas envolvendo a definição de diretrizes educacionais, a alocação de recursos institucionais, a elaboração de currículos formativos e a construção de mecanismos de governança do sistema de ensino policial em um contexto de “accountability”.

Nesse contexto, a formação policial não pode limitar-se ao treinamento técnico-operacional voltado exclusivamente para o uso da força ou para a repressão ao crime. Ela deve incorporar conteúdos relacionados à cidadania, aos direitos humanos, à mediação de conflitos e à compreensão das dinâmicas sociais que produzem situações de vulnerabilidade e violência.

Nesta análise, a qualificação do processo formativo policial constitui elemento essencial para a efetivação do projeto democrático inaugurado pela Constituição de 1988, no qual a segurança pública se apresenta como instrumento de proteção da cidadania e de promoção da justiça social. Ao alçá-los ao patamar de direitos fundamentais, o constituinte de 1988 não apenas os listou, mas os tornou em condição tal que ações contrárias se tornam um retrocesso contra a sociedade.

A consagração constitucional dos direitos fundamentais não se limita à sua simples enunciação no texto da Constituição. Ao contrário, tais direitos assumem a condição de parâmetros materiais de validade de toda a atuação estatal, vinculando o legislador, o administrador e o julgador. Nesse sentido, a supressão ou restrição injustificada de direitos fundamentais já concretizados configura verdadeiro retrocesso social, incompatível com a ideia de Estado Democrático de Direito, que tem como um de seus pilares a proteção e a promoção da dignidade da pessoa humana (Sarlet, 2012, p. 62).

Enquanto política pública, as ações desenvolvidas pela Polícia Militar devem estar orientadas pelo planejamento institucional, pela observância estrita da legalidade, por mecanismos de controle social e pela avaliação contínua de resultados, uma vez que a atuação estatal no campo da segurança pública encontra limites e diretrizes definidos pelo ordenamento jurídico.

No Tocantins, a Lei Estadual nº 4.231, de 27 de setembro de 2023, ao instituir o Sistema de Ensino da Polícia Militar, representa uma importante inflexão normativa para a política de formação da PMTO.

Ao estabelecer princípios, diretrizes e formas de integração com a educação nacional, em diálogo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a norma reconfigura a forma como a corporação organiza a profissionalização continuada, define padrões de qualidade e estrutura mecanismos internos de gestão do ensino.

Além disso, o Sistema de Ensino passa a compreender tanto a educação superior, voltada às diversas modalidades de formação relacionadas à atuação em segurança pública, quanto a educação profissional orientada pelas áreas de atuação dos agentes policiais, integrando com o sistema de ensino nacional.

A instituição do Sistema de Ensino representa não apenas um avanço normativo, mas também um instrumento estratégico de política pública, ao estruturar de maneira mais consistente a formação policial militar e criar bases institucionais para o desenvolvimento contínuo das competências profissionais necessárias ao exercício qualificado da segurança pública no Estado do Tocantins.

Ao analisar o cenário da Segurança Pública, Marcos Rolim utiliza a metáfora da “Síndrome da Rainha Vermelha”, em sua obra de mesmo nome, para explicar a lógica que frequentemente orienta as políticas de segurança pública no Brasil.

Segundo o autor, as instituições estatais tendem a responder continuamente às mudanças na criminalidade sem, contudo, promover transformações estruturais capazes de alterar significativamente os padrões de violência, afirmando que “corremos cada vez mais rápido apenas para permanecer no mesmo lugar”, evidenciando a dificuldade de superar modelos tradicionais de enfrentamento da criminalidade e de construir políticas públicas inovadoras e eficazes (ROLIM, 2019).

Diante desse cenário, a Polícia Militar, ao investir na estruturação de um sistema de ensino próprio e continuado, conforme estabelecido pela legislação estadual, e ao desenvolver mecanismos institucionais de planejamento, avaliação e controle de suas ações formativas, reforça a necessidade de aperfeiçoamento permanente de seu sistema educacional.

Esse processo contribui para a consolidação de um modelo de gestão estratégica orientado para resultados, capaz de estabelecer critérios claros de atuação institucional e promover ajustes e atualizações sempre que necessários,

passando a ser compreendida não apenas como uma atividade administrativa interna, mas como parte integrante da política pública de segurança, envolvendo planejamento institucional, definição de diretrizes curriculares, implementação de programas educacionais e avaliação contínua da capacitação dos profissionais responsáveis pela proteção da ordem pública e da sociedade.

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. [...] A política pública possui dois elementos fundamentais: intenção e ação. A intenção (intencionalidade) refere-se à existência de um objetivo para a resolução de um problema. Já a ação refere-se ao conjunto de decisões e atividades levadas a cabo por agentes públicos para atingir tal objetivo. O caráter público da política é dado pela natureza do problema que ela visa enfrentar (coletividade) e pelo facto de ser institucionalizada por meio de processos formais de decisão (Secchi, 2016, p. 2).

A importância das políticas públicas para a segurança reside, portanto, em sua capacidade de estruturar ações integradas e sustentáveis, capazes de articular diferentes instituições e níveis de governo.

A formação e o aperfeiçoamento profissional no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins constituem elementos centrais da política pública de segurança, uma vez que a qualificação do efetivo policial está diretamente relacionada à capacidade institucional da corporação de responder de forma eficiente às demandas da sociedade.

Nesse contexto, cursos como o Curso de Formação de Oficiais (CFO) e o Curso de Formação de Praças (CFP) representam instrumentos concretos de implementação dessa política, pois estruturam o processo de desenvolvimento das competências técnicas, jurídicas e operacionais necessárias ao exercício da atividade policial.

Do ponto de vista metodológico, esses atos normativos serão considerados, na presente pesquisa, como instrumentos de planejamento governamental que orientam as políticas públicas de segurança no estado, passando a formação policial, portanto, a ser compreendida não apenas como uma atividade administrativa ou como uma etapa inicial da carreira profissional, mas como um componente estruturante da própria política pública de segurança.

Alinhado a este processo, a trajetória da Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO) está diretamente relacionada ao processo de criação e consolidação do próprio Estado do Tocantins, instituído pela Constituição Federal de 1988.

Compreender essa trajetória exige não apenas descrever fatos históricos, mas também analisar os fatores legais, formativos, culturais e organizacionais que moldaram a corporação e influenciaram seu desenvolvimento institucional.

Inicialmente instalada de forma provisória na cidade de Miracema do Tocantins, então capital provisória do Estado, a corporação teve no seu primeiro comandante-geral e com a transferência da capital para Palmas, em 1990, a necessidade de expansão gradual das unidades operacionais, visando ampliar a capacidade de policiamento ostensivo preventivo e com isso o surgimento da necessidade de aprimoramento constante.

Segundo reportagem intitulada “35 anos de história”, a PMTO foi incorporada ao novo Estado com um efetivo de 1.137 policiais oriundos de Goiás que atuavam na região e optaram por permanecer no Tocantins (JORNAL PORTO MÍDIA, 2023). Ainda segundo a mesma fonte, em 9 de novembro de 1989 ocorreu a formatura da primeira turma de policiais militares formada no próprio Estado.

A evolução da formação policial militar no Tocantins acompanha o próprio desenvolvimento da PMTO. Nos primeiros anos, predominava um modelo de ensino herdado da Polícia Militar de Goiás, marcado por forte caráter tecnicista e militarizado, priorizando o treinamento físico, a disciplina e as técnicas de policiamento ostensivo, refletindo as necessidades imediatas de estruturação da força policial estadual.

Nesse período, a formação dos oficiais concentrava-se no domínio das normas militares e na eficiência operacional, com reduzida integração a conteúdos jurídicos, sociais e acadêmicos. O modelo pedagógico era essencialmente “instrucionista”, baseado na autoridade do instrutor e na reprodução de procedimentos.

A partir dos anos 2000, a PMTO iniciou um processo de modernização administrativa e pedagógica que culminou, em 2008, com o reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais (CFO) como bacharelado em Segurança Pública. Essa mudança representou um marco na profissionalização da corporação, aproximando a formação policial dos padrões do ensino superior.

O PLAMA-CFO 2004 evidenciou essa transformação ao estruturar o currículo em eixos de formação geral, profissional e complementar, incorporando conteúdos éticos, jurídicos, tecnológicos e sociais alinhados às diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e às políticas educacionais nacionais.

A consolidação da Academia de Polícia Militar Tiradentes ampliou a capacidade institucional de formação de lideranças, fortalecendo a integração entre ensino,

doutrina, prática operacional e produção acadêmica. Ao mesmo tempo, disciplinas relacionadas aos direitos humanos, sociologia, ética policial e gestão pública passaram a ocupar maior espaço nos currículos.

Os documentos curriculares passaram a definir um perfil profissional pautado por sólida formação ética, jurídica e técnica e na produção científica, com competências voltadas à liderança, gestão estratégica, resolução de conflitos, articulação comunitária e formulação de políticas públicas.

Apesar dos avanços, persistiram desafios relacionados à valorização docente, à infraestrutura educacional e à atualização permanente dos currículos. As novas demandas da segurança pública, especialmente aquelas relacionadas à tecnologia, ao trabalho em rede e à prevenção de crimes digitais, exigem constante aperfeiçoamento dos processos formativos.

Com isso, com a normatização do sistema de ensino por meio de legislação específica, passou a desempenhar papel estruturalmente fundamental ao definir finalidades institucionais, regular regimes jurídicos, organizar as corporações e legitimar transformações pedagógicas, combinando o reconhecimento acadêmico do CFO e posteriormente do CFP, com as recentes normas estaduais ampliou o escopo formativo da PMTO, aproximando-o do ensino superior civil e fortalecendo o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício profissional contemporâneo no ensino superior policial militar.

3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS SISTEMAS POLICIAIS

A estrutura e o funcionamento das polícias variam significativamente ao redor do mundo, refletindo fatores históricos, culturais, políticos e institucionais próprios de cada sociedade. A forma como o Estado organiza e controla suas forças de segurança revela não apenas estratégias de combate à criminalidade, mas também concepções de cidadania, direitos humanos e exercício da autoridade.

Nesse contexto, a organização policial deve ser compreendida como parte da estrutura do Estado moderno que conforme Weber (1999), o Estado caracteriza-se pelo monopólio legítimo do uso da força em determinado território, sendo as instituições policiais responsáveis por operacionalizar esse poder de forma institucionalizada.

Nessa mesma linha, Bittner (2003) destaca que a polícia é a organização social autorizada a utilizar a força quando necessário para a manutenção da ordem, constituindo o principal mecanismo de intervenção imediata do Estado em situações de desordem.

Assim, analisar a estrutura e a formação das forças policiais permite compreender não apenas estratégias de segurança pública, mas também a forma como o Estado organiza sua autoridade, define prioridades institucionais e estabelece os limites do uso legítimo da força.

Segundo Bayley (2001), existem dois grandes modelos predominantes de organização policial: o modelo anglo-saxão, de natureza civil e descentralizada, e o modelo continental europeu, de caráter mais centralizado e militarizado. O primeiro é predominante em países como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá; o segundo, em países como França, Espanha, Portugal e diversas nações latino-americanas.

De forma geral, os sistemas policiais podem ser classificados em três modelos principais: anglo-saxão, continental europeu e híbrido. Cada um apresenta características próprias quanto à estrutura organizacional, à relação com a sociedade e ao grau de centralização institucional.

Nos Estados Unidos, embora o modelo também seja descentralizado, o sistema é altamente fragmentado, composto por milhares de departamentos locais e estaduais.

Por sua vez, o modelo continental europeu adota uma estrutura mais centralizada e hierarquizada, marcada pela forte presença do Estado na condução das políticas de segurança. Em países como França, Itália e Espanha, é comum a coexistência de forças civis e militares atuando de forma complementar. Na França, por exemplo, a Police Nationale atua ao lado da Gendarmerie Nationale, instituição de natureza militar subordinada ao Ministério do Interior.

Na América Latina, observa-se a adoção de modelos mistos voltados à conciliação entre controle estatal e aproximação com a sociedade. No Brasil, vigora um sistema dualista, no qual as Polícias Militares são responsáveis pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, enquanto as Polícias Civis exercem a função de investigação criminal.

Essa divisão, influenciada pelo modelo europeu e adaptada à realidade nacional, apresenta desafios relacionados à integração institucional e à eficiência operacional. Conforme Cano (2017), a separação das funções policiais pode gerar

sobreposições e lacunas que dificultam a articulação entre prevenção e repressão criminal.

A comparação entre os diferentes modelos demonstra que não existe um sistema universalmente superior. Modelos descentralizados favorecem a proximidade com a população e a participação comunitária, mas podem produzir desigualdades na aplicação da lei. Já os modelos centralizados garantem maior controle institucional e padronização, embora possam se distanciar das demandas sociais locais.

O desafio contemporâneo consiste em equilibrar eficiência operacional e legitimidade social, conciliando capacidade de resposta estatal com respeito aos direitos fundamentais e fortalecimento da confiança pública. Como afirma Bayley (2006), uma boa polícia não é apenas aquela que faz cumprir a lei, mas aquela que o faz com legitimidade, justiça e consentimento social.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como resultado do estudo aplicado no âmbito institucional, especialmente no que tange ao aperfeiçoamento do sistema de formação e capacitação da Polícia Militar do Tocantins (PMTO) destacamos que foram aplicados questionários ao efetivo geral da Polícia Militar para que pudesse, que teve uma abordagem metodológica mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos a partir das respostas a questionário digital aplicados aos policiais militares de soldado a coronel com percepções, experiências e sugestões apresentadas pelos participantes.

A análise de dados qualitativos permite interpretar discursos, sugestões, percepções em falas, dentre outros, sendo uma técnica para análise de conteúdo que, justificando-se pela necessidade de interpretar discursos e sugestões de forma científica.

No que se refere aos objetivos, a pesquisa se destaca pelo caráter exploratório e descritivo indicando possibilidades de aprimoramento do sistema de ensino da PMTO com a adequação curricular e as transformações e aperfeiçoamento inseridas ao longo do tempo desde a recente criação da PMTO.

O universo da pesquisa compreendeu o efetivo da Polícia Militar do Tocantins (PMTO), participando policiais militares pertencentes aos ciclos de oficiais e praças que, ao longo da carreira, passaram por processos de formação ou aperfeiçoamento institucional, ocorrendo de forma voluntária.

A pesquisa alcançou 19,94% do efetivo total da PMTO, percentual superior aos 15% inicialmente previstos para a amostra, tendo entre os respondentes, aproximadamente 15% do efetivo de praças e 34,83% do efetivo de oficiais, possibilitando uma análise abrangente das percepções sobre o sistema de ensino institucional.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, elaborado e aplicado na plataforma “Google Forms”, escolhida em razão da facilidade de acesso, ampla disseminação entre os participantes e agilidade no processamento das respostas, composto por 38 questões distribuídas em questões fechadas, questões estruturadas em escala likert e questões abertas.

As perguntas contemplaram quatro eixos temáticos principais: o perfil institucional dos respondentes, a avaliação da formação policial, a percepção sobre o processo de ensino-aprendizagem e as propostas de melhoria do sistema de ensino da Polícia Militar do Tocantins ocorrendo no período de 05 a 20 de maio de 2025.

Apesar das limitações, a expressiva taxa de adesão, correspondente a aproximadamente um quinto do efetivo da corporação, confere robustez aos resultados obtidos, permitindo identificar tendências, percepções e oportunidades de aperfeiçoamento da formação policial militar no âmbito da Polícia Militar do Tocantins.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A análise a seguir busca interpretar os resultados obtidos à luz da literatura sobre políticas públicas, formação policial e gestão institucional, permitindo identificar avanços, limitações e possíveis caminhos para o aprimoramento da política de educação da corporação.

De um universo do efetivo total de policiais militares¹ existentes o alcance da pesquisa foi de 19,94% de todo o efetivo, ultrapassando o total previsto que era de 15% do efetivo total. Em relação a oficiais e praças foi alcançado um percentual de 15% do total do efetivo total de praças e relação aos oficiais foi alcançado um percentual de 34,83% do efetivo total dos oficiais.

Cabe destacar que não foram separadas as respostas por quadros da corporação e sim por postos e graduações de modo a mensurar e entender o perfil de

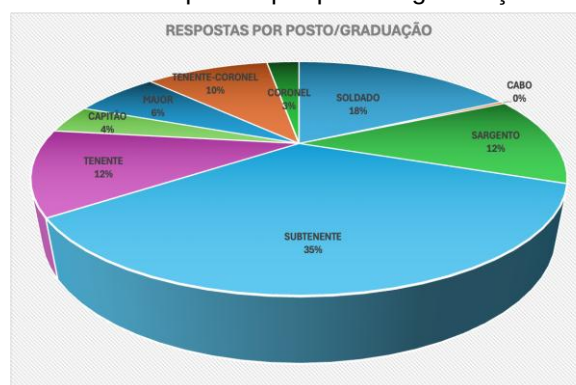
¹ Polícia Militar do Tocantins, 2026.

respostas dentro da instituição tendo em vista que as perguntas a cada grupos são as mesmas, esperando receber as respostas com as diversas visões conforme o cargo ocupado na corporação e os postos e graduações.

Outro ponto a ser destacado se refere ao percentual das graduações de soldado a sargento. Apesar de ter uma estratificação menor em relação aos postos finais da PMTO, o número global é superior aos demais em virtude de a quantidade de efetivo destas graduações serem bastante superior as demais conforme a estrutura da PMTO e a distribuição da amostra se ater a estrutura piramidal da Corporação.

No primeiro gráfico, temos a estratificação por posto (oficiais) e graduação (praças) conforme abaixo.

Gráfico 1: Percentual de respostas por posto e graduação em relação ao total.



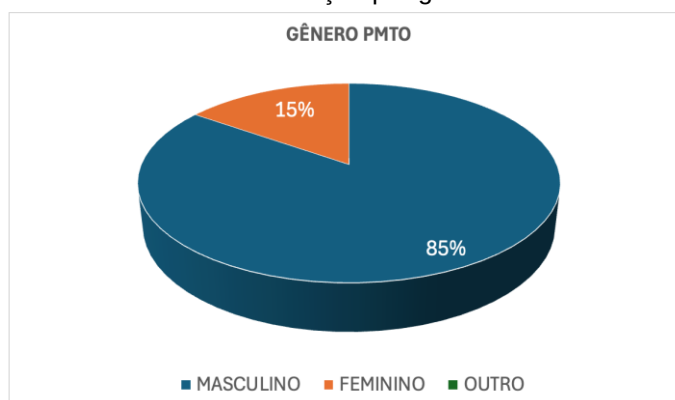
Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme gráfico acima, o percentual de respostas é equivalente e proporcionais se comparado ao total do efetivo da PMTO existente revelando que o percentual do efetivo total equivale ao percentual do efetivo pesquisado.

O gráfico revela que as respostas estão concentradas majoritariamente, em quantitativo bruto, nas praças, especialmente nos subtenentes, sargento e soldados, por serem em quantitativo maior que os oficiais, no entanto, proporcionalmente e em percentual se equivalem.

Quando analisado a presença feminina nas polícias militares brasileiras foi marcada por restrições normativas que estabeleciam limites quantitativos para o ingresso de mulheres na corporação o que foi alterado recentemente o que permite aferir que futuramente em nova pesquisa essa estratificação será alterada para a nova realidade.

Gráfico 2 – Estratificação por gênero na PMTO.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao próximo gráfico, representa o percentual de respostas quanto ao tempo de serviço dentro da PMTO.

Gráfico 3 – Tempo de serviço na PMTO.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico referente ao tempo de serviço dos policiais militares da Polícia Militar do Tocantins (PMTO) permite uma reflexão sobre a dinâmica de composição do efetivo e seus impactos para a gestão institucional.

Observa-se uma forte concentração de policiais com maior tempo de serviço onde 44% estão relacionados àqueles com mais de duas décadas na carreira, seguida pelo grupo com 11 a 20 anos de carreira (36%), indicado um cenário em que a corporação é composta, em grande medida, por profissionais com ampla experiência operacional e institucional, capazes de acumular conhecimento prático sobre o funcionamento da organização, a realidade da segurança pública no estado e os processos internos da corporação mas destacando também a necessidade de recomposição de seus quadros para atender as demandas futuras da sociedade.

Em relação a questão de relacionada a **formação acadêmica** temos os dados estratificados abaixo.

Gráfico 4 – Formação acadêmica da PMTO.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados indicam uma presença predominante e significativa de policiais militares com formação de nível superior e com cursos de pós-graduação, o que demonstra um movimento de ampliação do nível educacional entre os integrantes da instituição.

A soma dos militares que possuem curso superior completo ou especializações de nível lato e stricto sensu é expressiva onde a nível superior temos 40% dos respondentes, sendo o patamar base da corporação.

Observa-se que a grande maioria do efetivo possui, no mínimo, ensino superior completo, com uma expressiva parcela de pós-graduados, mestres e doutores evidenciando que a PMTO não é apenas uma força operacional, mas também um ambiente de elevado capital intelectual, demonstrando uma clara transição de modelo institucional.

Esse dado é de elevada relevância para a compreensão do perfil institucional da Polícia Militar do Tocantins, verificando que 85% dos policiais militares possuem formação de pós-graduação e/ou graduação, o que evidencia o grau de formação atual da Polícia Militar.

Quanto a questão de **qualidade do ensino na PMTO**, os próprios policiais militares avaliam a formação oferecida pela instituição, sendo representado pela estratificação que se segue.

Gráfico 5 – Qualidade do ensino na PMTO.



Fonte: Elaborado pelo autor.

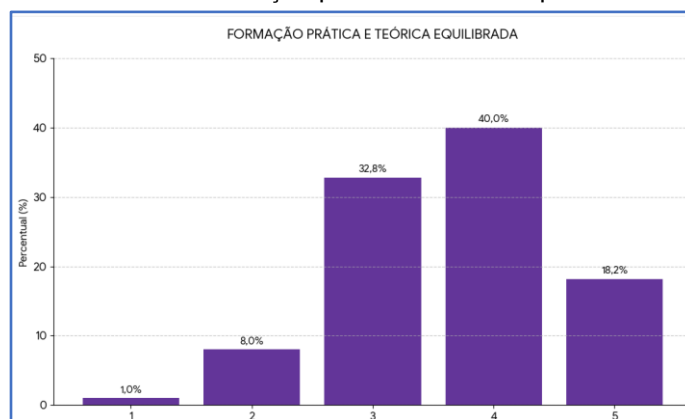
O gráfico apresenta a percepção dos policiais militares acerca da qualidade do ensino oferecido nos cursos de formação e aperfeiçoamento da corporação favorecendo compreender como os próprios integrantes da instituição avaliam os processos formativos que estruturam a profissionalização policial militar.

Os dados revelam uma avaliação majoritariamente favorável da qualidade do ensino, onde a maior parte dos respondentes classifica o ensino como bom com 54%, seguida por excelente 22%. Somadas, essas categorias representam 76% das respostas, indicando que mais de três quartos do efetivo demonstram satisfação com a formação recebida, o que sugere consistência do conteúdo e receptividade das informações repassadas.

A modernização das instituições policiais brasileiras está diretamente relacionada à valorização da formação profissional e ao desenvolvimento de políticas educacionais voltadas à qualificação permanente do efetivo.

Quanto a questão comparativa entre **teoria e prática operacional na formação**, estratifica as respostas numa referência numérica de 1 até 5, sendo os níveis 1 para não concordo e chegando até 5 concordo totalmente.

Gráfico 6 – Formação prática e teórica equilibrada.



Fonte: Elaborado pelo autor.

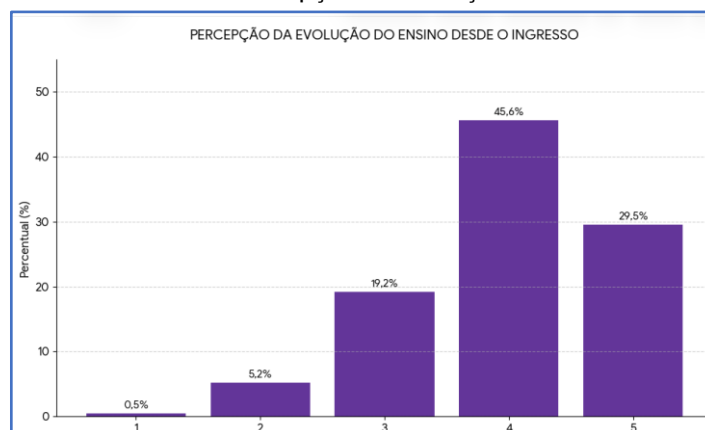
A análise das respostas evidencia que o equilíbrio entre teoria e prática constitui um dos resultados centrais da pesquisa sobre a formação profissional na Polícia Militar do Tocantins.

Os dados indicam que a maior parte dos respondentes apresenta percepção favorável quanto à integração entre os conteúdos teóricos e as atividades operacionais. Somando-se os níveis 4 (40%) e 5 (18,2%), observa-se que 58,2% dos participantes avaliam positivamente essa relação, indicando que, para a maioria dos policiais, a formação tem conseguido articular o conhecimento conceitual com o treinamento tático e operacional de maneira satisfatória.

Por sua vez, apenas 9% das respostas concentram-se nos níveis inferiores, sendo 1% no nível 1 e 8% no nível 2. Embora representem uma parcela reduzida, esses dados indicam que ainda há policiais que percebem fragilidades na articulação entre formação teórica e treinamento prático.

Já na questão de **percepção da evolução do ensino**, retrata as respostas que avalia a evolução do ensino na PMTO desde o ingresso do respondente na corporação.

Gráfico 7 – Percepção da evolução do ensino.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas respostas temos uma percepção mais tendenciosa a satisfação, demonstrando que ocorreu uma evolução do ensino, onde 75% dos respondentes direcionam as respostas para os níveis 4 e 5 do questionário, demonstrando um amadurecimento ao longo do tempo nas dimensões do ensino aprendizagem.

Apesar do percentual alto para o nível de satisfação, a neutralidade atingiu cerca de 20% das respostas, requerendo uma atenção da corporação quanto a este percentual.

Analizando a questão comparativa entre a **formação no Tocantins e outras polícias militares**, tem-se uma percepção dos respondentes quanto a comparação “como considera a formação no Tocantins em relação as outras polícias militares?”.

Gráfico 8 – Formação no Tocantins em relação as outras polícias militares.

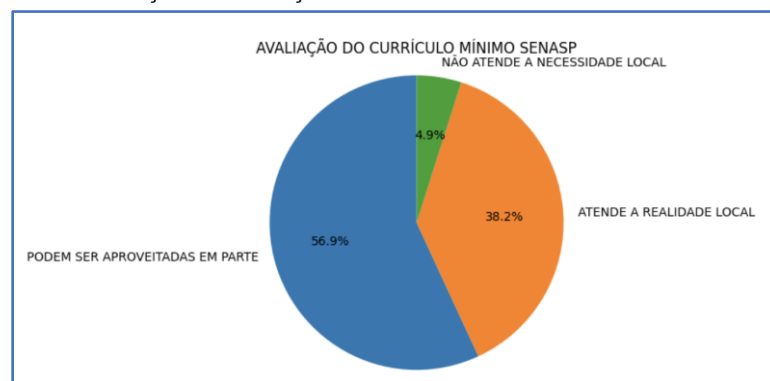


Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria dos respondentes identifica a PMTO, 51% dos respondentes, em nível de igualdade com as outras polícias do Brasil, indicando que o currículo está ajustado com normativas necessárias a torná-las cada vez mais atual e compreensiva.

Quanto a avaliação **do currículo mínimo da SENASP**, temos a pergunta: em relação ao currículo mínimo recomendado pelo ministério da justiça para a formação policial militar como você o avalia?

Gráfico 9 – Avaliação da inserção do currículo mínimo da SENASP na PMTO.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que a maior parcela dos respondentes, 56,9% dos respondentes, considera que o currículo mínimo da SENASP, Ministério da Justiça e Segurança Pública, pode ser aproveitado apenas em parte, indicando que, embora o documento possua fundamentos relevantes e diretrizes válidas, ele não contempla plenamente as especificidades operacionais, institucionais e regionais do Tocantins.

Já no quesito **políticas públicas** a análise se dá em virtude da pergunta: “você acredita que o processo de formação lhe deu condições de formular, propor, executar, políticas públicas voltadas a melhoria da segurança pública?”

Gráfico 10 – Capacidade de formular, propor, executar políticas públicas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que a alternativa “Parcialmente” concentra o maior percentual de respostas, com 51%, indicando que a maioria dos respondentes reconhece que a formação contribuiu para o desenvolvimento dessas competências, mas de maneira incompleta ou insuficientemente aprofundada.

Esse dado sugere que os conteúdos relacionados à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas estão presentes no processo formativo, porém não de forma plenamente consolidada, indicando processos formativos não tão bem definidos.

Nas questões aberta, entre as oportunidades de melhoria destacadas e sugeridas pelos respondentes de modo geral, aparecem a inclusão de temas atuais, bem como o aprofundamento de conteúdos relacionados à direitos humanos e mediação de conflitos, grupos específicos por tipo de situação, aspectos considerados essenciais para uma atuação policial alinhada aos princípios democráticos de segurança pública.

Na área de tecnologia, modernização e inovação, os participantes apontam a necessidade de maior investimento em equipamentos e recursos tecnológicos, mencionando, por exemplo, o uso de drones, armamentos e instrumentos tecnológicos de última geração.

Também surgem críticas pontuais relacionadas ao ensino a distância, especialmente quanto à sua adequação para determinados conteúdos que demandam treinamento presencial e prático, ficando restrito ao campo estritamente teórico, o que gerou questionamentos.

Por fim, no eixo de integração institucional e parcerias, as respostas sugerem o fortalecimento da cooperação com outras forças de segurança pública e com instituições de ensino superior, onde essa integração é percebida como estratégia relevante para promover interoperabilidade institucional, intercâmbio de conhecimentos e atualização contínua dos conteúdos formativos, contribuindo para o aprimoramento da formação policial.

De modo geral, os resultados apresentados constituem uma base empírica consistente para a compreensão das percepções dos policiais sobre o processo formativo na Polícia Militar do Tocantins, o que, para ampliar a densidade analítica do estudo em nível de pós-graduação *stricto sensu*, torna-se fundamental aprofundar a interpretação dos dados à luz da literatura científica da área de segurança pública e educação policial, articulando os achados empíricos com os debates acadêmicos sobre profissionalização policial, formação institucional e políticas públicas de segurança além do intercambio e cooperação com instituições civis de ensino superior.

Nesse sentido, a análise dos resultados permite compreender que os desafios apontados pelos participantes não se restringem à dimensão pedagógica, mas refletem questões estruturais, organizacionais e estratégicas da política de formação policial, exigindo abordagens integradas para o seu aprimoramento além da necessidade de cooperação entre o ensino superior militar e o ensino superior civil.

6 PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Na instituição do Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado do Tocantins, estabelece um marco jurídico ao integrar o ensino das ciências policiais à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prevendo formação, aperfeiçoamento, habilitação e pós-graduação em segurança pública.

Essa perspectiva dialoga diretamente com os princípios da Lei nº 4.231/2023, que prevê profissionalização continuada, avaliação integral e integração do Sistema de Ensino da PMTO à educação nacional, com foco na qualificação em segurança e ordem pública e no conceito de cidadania.

A implementação do Sistema de Ensino da PMTO exige alinhamento estratégico à Matriz Curricular Nacional da SENASP, de modo a assegurar uma formação que concilie excelência técnica, postura ética e compreensão aprofundada da realidade social tocaninense. Em termos curriculares, isso implica organizar os cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização sob a lógica do desenvolvimento de competências, e não apenas de cumprimento de carga horária.

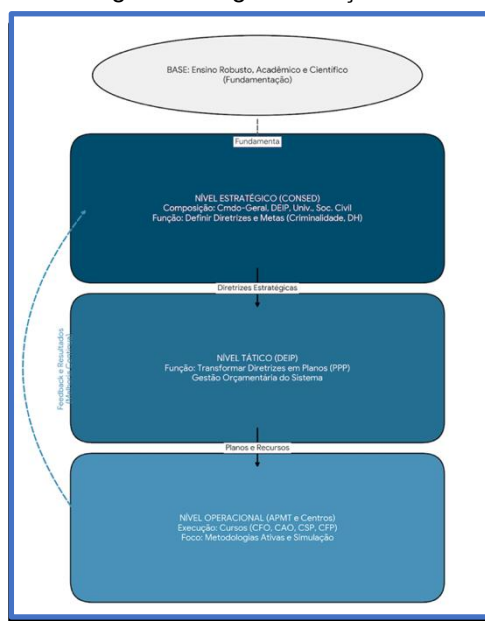
A avaliação do Sistema de Ensino da PMTO precisa ser concebida como processo contínuo, integral e cumulativo, em sintonia com os princípios da Lei nº 4.231/2023, passando a mensurar, de forma multidimensional, a capacidade dos policiais de aplicarem a lei com discernimento, autocontrole e respeito à dignidade humana.

Nesse sentido, a transição de um modelo predominantemente tecnicista para um paradigma humanista e acadêmico implica incorporar indicadores que contemplem: (a) a internalização de valores democráticos; (b) a competência em gestão de conflitos e eventos críticos; e (c) a habilidade de comunicação e interação com comunidades diversas e a compreensão do papel do policial militar como agente de garantias constitucionais.

No plano internacional, o modelo norte-americano de “Policimento Orientado por Problemas” (Problem-Oriented Policing – POP) oferece importante referência para o debate sobre formação policial no Tocantins identificando padrões que se consolidem com a melhoria do sistema policial.

Para que o ensino seja robusto, a decisão não pode ser apenas administrativa, ela deve ser acadêmica e científica, propondo um modelo que divide a governança em três níveis:

Gráfico 11 – Fluxograma de governança do Ensino – PMTO.



Fonte: Elaborado pelo autor.

- a) **Nível Estratégico (Conselho Superior de Ensino - CONSED):** Composto pelo Comandante-Geral, Diretor da DEIP, representantes da UNITINS/IFTO/UFT e da Sociedade Civil. Responsável por alinhar o ensino às metas de redução de criminalidade e defesa dos Direitos Humanos.
- b) **Nível Tático (Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa - DEIP):** Transforma as diretrizes estratégicas em Planos Político-Pedagógicos (PPP). Gerencia o orçamento do Sistema de Ensino.
- c) **Nível Operacional (APMT e Centros de Formação):** Execução dos cursos (CFO, CAO, CSP, CFP) com foco em metodologias ativas e simulação de cenários reais.

Para tornar a Lei 4.231/2023 um referencial internacional, propõe-se a ampliação da regulamentação baseado nos seguintes pilares:

1. O "Pilar da Pesquisa": Atualmente, os cursos (CFO, CAO, CSP, CAP, CHOA) exigem TCCs, propondo a criação um "Observatório de Segurança Pública" dentro da APMT, permitindo que os trabalhos científicos produzidos compartilhados e discutidos com o mundo acadêmico e a sociedade.
2. Integração de Créditos Acadêmicos: Adotar um sistema próprio, mas que permita a cooperação de créditos compatível com a integração ao sistema civil de pós-graduação *stricto sensu*, destacando o CFO como bacharelado em Segurança Pública, o Curso de Aperfeiçoamento de oficiais como mestrado e o Curso Superior de Polícia, alterado pela Lei Orgânica das Polícias Militares para Curso de Comando e Estado-Maior, com o nível de doutorado além do curso de formação de praças a nível de graduação tecnológica conforme normativa local.
3. Treinamento de Realidade Virtual e Aumentada (RVA): Substituir o ensino passivo por laboratórios de simulação de tomada de decisão sob estresse. Foco: Redução do uso da força letal e aprimoramento da mediação de conflitos, conforme diretrizes da ONU para aplicação da lei.

Este novo modelo transforma a PMTO em uma "instituição que aprende", ao alinhar a Lei 4.231/2023 a estes padrões, o Tocantins deixa de ser apenas um executor de segurança para se tornar um exportador de doutrina policial de alta performance, garantindo que o oficial e o praça estejam preparados para os desafios de uma sociedade democrática e tecnológica.

Este modelo de gestão, representado graficamente com nos moldes de uma academia, de um templo grego, ilustrando a estrutura de governança e formação da Polícia Militar do Tocantins (PMTO), focada na profissionalização e na entrega de resultados para a comunidade apresentada abaixo.

1. A Base: Integração Acadêmica entre a Academia de Polícia Militar Tiradentes e as instituições de ensino superior do Estado ou mesmo fora dele como a UNITINS, IFTO, UFT, UFTN, dentre outras. Nada impede intercambio com outras polícias do país principalmente àquelas que trilham o mesmo caminho da melhoria contínua na formação policial. A fundação de todo o modelo não é apenas técnica, mas intelectual e científica, indicando uma formação integradas com os demais sistemas de ensino civil e militar.
2. Os 5 Pilares: Sustentação Operacional e Administrativa para o sistema de ensino. Os pilares representam as áreas de foco que sustentam a gestão

estratégica da instituição voltada para a formação policial militar, liderança e ética pública, valores institucionais, estrutura e inovação tecnológica, pessoal qualificado e avaliação e controle de todos os seus processos e ações, fundamentada em uma gestão estratégica de modo a atender os anseios da sociedade.

Figura 1 – Modelo de gestão do sistema de ensino para a PMTO baseado no gráfico acima.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A aplicação prática desse modelo, ou outro nos mesmos moldes, na Polícia Militar do Tocantins (PMTO) pode transformar a corporação em referência nacional, especialmente na transição para uma gestão baseada em entregas simples para uma instituição que utiliza de indicadores de desempenho, fazendo uso de bases e conceitos complexos, com a participação social e da sociedade acadêmica para a elevação do status acadêmico da tropa e em estágio final a efetivação de uma segurança pública pautado em resultados concretos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo da pesquisa evidenciou que o sistema de ensino da Polícia Militar do Tocantins passou por importantes avanços institucionais ao longo das últimas décadas, no qual um dos marcos fundamentais desse processo foi a incorporação da Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que estabeleceu diretrizes pedagógicas voltadas à padronização e modernização da formação policial

no país mas não deixando de atuar na formação com características próprias e regionalizada.

Os resultados da pesquisa indicam uma percepção predominantemente positiva acerca da qualidade do ensino desenvolvido na Academia de Polícia Militar Tiradentes e demais centros de ensino ao longo das décadas, especialmente no que se refere à organização curricular e à qualificação do corpo docente.

Os cursos de formação passaram a incorporar disciplinas de caráter jurídico, humanístico e gerencial, ampliando a concepção tradicional de formação policial e aproximando-a de modelos contemporâneos de profissionalização.

Destaca-se, nesse contexto, o papel do Curso de Formação de Oficiais (CFO), reconhecido desde 2008 como bacharelado em Segurança Pública em parceria com a Universidade Estadual do Tocantins, o que representa um avanço importante na integração entre o ensino policial militar e o sistema de educação superior brasileiro, contribuindo para a consolidação de uma formação mais acadêmica e multidisciplinar.

Entretanto, a pesquisa também identificou desafios relevantes para o aprimoramento do sistema de ensino. Entre os principais pontos destacados pelos participantes da pesquisa encontra-se a necessidade de ampliação da carga horária de atividades práticas, especialmente aquelas relacionadas à resolução de conflitos, atuação comunitária, uso progressivo da força e simulações operacionais.

Outro achado importante refere-se à necessidade de maior investimento em áreas emergentes da formação, como tecnologia da informação, inteligência policial e saúde mental.

O avanço das tecnologias digitais e a crescente complexidade das dinâmicas criminais exigem profissionais cada vez mais preparados para lidar com novas ferramentas e ambientes operacionais, ao mesmo tempo em que a literatura especializada destaca a importância de políticas institucionais voltadas ao cuidado com a saúde mental dos profissionais de segurança pública, considerando o elevado nível de estresse associado à atividade policial militar.

Apesar dessas lacunas, os resultados evidenciam que a Polícia Militar do Tocantins tem vivenciado um processo gradual de evolução institucional, no qual o sistema de ensino tem buscado incorporar novas diretrizes pedagógicas e fortalecer a dimensão acadêmica da formação profissional.

O estudo também propõe diretrizes voltadas ao aperfeiçoamento curricular, fortalecimento da gestão educacional e ampliação da cooperação acadêmica entre

Instituições, contribuindo para a consolidação de um sistema educacional policial mais robusto, alinhado às demandas contemporâneas da segurança pública.

A consolidação de um sistema de ensino estruturado e academicamente robusto pode contribuir para o fortalecimento da legitimidade institucional das organizações policiais, uma vez que a formação profissional desempenha papel fundamental na construção de práticas policiais mais qualificadas, transparentes e alinhadas aos princípios democráticos sempre em parceria e em cooperação contínua com a sociedade.

Desta forma, o estudo demonstrou que o fortalecimento da formação policial constitui um elemento fundamental para a consolidação de instituições de segurança pública mais eficientes, profissionais e legitimadas socialmente, evidenciando que o caso da Polícia Militar do Estado do Tocantins ao investir num sistema de ensino próprio e evidenciado em estratégias significa investir na própria capacidade do Estado de garantir segurança, cidadania e respeito aos direitos fundamentais.

Portanto, com conclusão deste trabalho destacamos que o aperfeiçoamento da formação policial militar não representa apenas um desafio institucional, mas uma condição indispensável para o fortalecimento do pacto social entre Estado e sociedade, contribuindo para a construção de políticas de segurança pública mais democráticas, eficazes e alinhadas às demandas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BAYLEY, David H. **Police for Future**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 mar. 2026.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394)**. Brasília, DF: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 05 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional para Formação das Guardas Municipais e Polícias Militares**. Brasília: SENASP, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mj.gov.br/bitstream/1/3653/1/15matriz-curricular-nacional-para-formacao-das-guardas-municipais-marilene-pereira.pdf>. Acessado em 06 mar. 2026.

CANO, Ignacio. **Vícios e virtudes da segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

JORNAL CONEXAO TOCANTINS. **35 anos de história**: Polícia Militar do Tocantins. Palmas, TO, 2023. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2023/10/04/policia-militar-e-os-35-anos-do-tocantins-historias-de-lutas-e-avancos>. Acesso em: 15 mar. 2026.

ROLIN, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

TOCANTINS. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS. **Lei 4.231, de 27 setembro de 2023**. Palmas: TO, 2023.

TOCANTINS. **Polícia Militar do Estado do Tocantins**. Projeto pedagógico do Curso de Formação de Oficiais. Palmas: PMTO, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB, 1999. v. 1.